

## **2022: O BRASIL (E A CIDADE) DEPOIS DO VÍRUS**

Pensando as eleições presidenciais no pós-pandemia

Philip Yang

25/05/2020, Valor Econômico

Com o canto do olho, vejo uma mensagem saltar no celular: "O que vai acontecer com as cidades depois deste surto de Coronavírus"? Alguns minutos depois, outra pergunta parecida: "As formas urbanas vão ser diferentes depois da epidemia?" As perguntas se multiplicam, agravando minha angústia usual nestes temas. Fixo o meu olhar na telinha, esquecendo tudo o que me cerca, e mergulho em pensamentos. "Não quero ver isso agora; não vou responder", disse a mim mesmo, "ao menos por ora".

Questões urbanas fazem parte da minha agenda (e inquietude) do dia a dia. Mas elas têm sido sobrepujadas por outra aflição, uma outra ordem de preocupações. O que nos une como povo no Brasil? Para onde caminhamos como sociedade? Vamos afinal "rachar" em diversos grupos, cada qual com comportamentos, culturas e valores diferentes, odiando uns aos outros? Ou saberemos encontrar um caminho de respeito (quem sabe de admiração recíproca) que nos mantenha como uma nação integrada?

O telefone toca e interrompe o meu devaneio. Editoria do Valor Econômico. "Você toparia escrever um texto sobre o futuro das cidades à luz da pandemia?" Minha resposta automática é "não", e sai com uma voz impaciente, antes de que eu pudesse polir a reação. Respiro fundo; digo agora que o meu impulso é de escrever sobre outra coisa. "Sequer sabemos se conseguimos viver em sociedade; como então podemos pensar em formas urbanas?", me justifiquei, explicando que o meu imaginário (e o meu tormento) está hoje povoado pelo risco de desagregação social. Não só pelos problemas da pobreza, exclusão, desigualdade e desgoverno, mas sobretudo pela falta de ideais, símbolos e sentimentos comuns que pudessem nos unir como povo.

A conversa rende um acordo. Concordamos que vou escrever o texto, começando pelo que mais me aflige, para depois responder à pergunta proposta, que compõe a inevitável 'pauta Coronavírus'. No fim das contas, epidemias são produtos do convívio e da urbanização. Vale a pena portanto pensar as duas perguntas num só texto, me convenço. Revelo os bastidores para explicitar a forma deste artigo – duas partes, cada uma conduzida por uma pergunta: (i) temos chances de nos unir como povo? (ii) como será o modelo de cidade que pode nos abrigar depois do surto? e um epílogo, com uma tese política para o Brasil no pós-pandemia.

### **I - Temos chances de nos unir como povo?**

Há quem, afobadamente, afirme que estamos diante de um divisor de águas, de novo marco que estabelecerá a separação entre a Era pré-Covid19 e a Era pós-Covid19 na história da humanidade. Outros, mais céticos, afirmam com certeza inabalável que nada mudará. Afirmam esses mais descrentes que, depois da peste bubônica, da gripe espanhola e de tantas outras pandemias de intensidade semelhante ou maior, a vida seguiu seu curso. As tragédias, segue o argumento, mesmo tendo levado a vida de dezenas de milhões de pessoas, caíram no completo esquecimento pelo grande público.

No meio do turbilhão, entre as tempestades de fake news e a garoa de verdades que chegam ao cidadão médio, cada um constrói a sua visão de mundo entre o 'tudo mudará' e o 'nada mudará'. No Brasil,

apesar da bruma, parece óbvio que assistimos hoje àquela que é certamente a mais grave crise política desde 1964. Vemos a um só tempo o duplo impasse do federalismo e do presidencialismo brasileiro, construções históricas – não ideais mas possíveis – que se sedimentaram na Constituição de 1988. A guerra entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário é marcada pela ausência de coalização entre o primeiro e o segundo poder, e pela simultânea politização da Justiça e judicialização da política que definem a relação entre o primeiro e o terceiro. No conflito federalista, presidente, governadores e prefeitos se conflagram diante de alternativas políticas que apontam para direções opostas.

Em todos os casos, a sociedade assiste totalmente dividida a esse espetáculo de horror e descontrole. Bombardeada por fragmentos de informação, sem tempo ou capacidade de digerir conhecimento analítico, o Brasil se polariza. A julgar por episódios recentes, essa polarização tende a se radicalizar e se aprofundar. O pessimismo generalizado se fundamenta em diagnósticos diversos. Muitos são válidos, mas todos são necessariamente parciais e incompletos e conformam diferentes camadas de análise, como numa cebola.

Na camada mais superficial, o problema brasileiro se reduziria a um desafio econômico. Segundo esta visão, uma vez superado o ciclo de recessão e retomado o processo de crescimento nossos problemas estariam resolvidos. Numa segunda camada, a pobreza e desigualdade seriam os dramas maiores do quadro brasileiro. Nessa perspectiva, se formos bem sucedidos num esforço de distribuição mais equitativa de renda, caminharemos com passos largos em direção a uma sociedade melhor e mais justa. Um pouco mais ao fundo, na terceira camada, a prescrição indica a importância do acesso universal à educação de qualidade. A quarta camada aponta para as raízes patrimonialistas do Estado e da sociedade, que teriam gerado um desvio de origem, e que precisaria ser corrigido pelo aprimoramento de nossas instituições.

Numa quinta camada, entre tantas outras que ainda podemos identificar, vivemos uma crise de valores. Segundo essa visão, poucos elementos da nossa cultura, laica ou religiosa, do comportamento coletivo e de estilos de vida individuais são hoje capazes de nos amalgamar com a força que as nossas preferências e conduta social nos aglutinaram em décadas anteriores. Essa ausência de comunalidades – de valores e princípios compartilhados de forma abrangente no plano material e espiritual – explicaria a polarização extrema e a conversão de nossas escolhas políticas em profissões de fé, de fervor irracional e ardor 'religioso', extremadas e impermeáveis a ideias do outro polo.

A resolução da primeira camada (via retomada do crescimento) seria bem-vinda, mas se conquistada isoladamente, sem uma política distributiva, nos colocaria ao sabor das idas e vindas dos ciclos econômicos. Se as duas primeiras camadas são conquistadas juntas – crescimento e melhor distribuição – temos certamente um cenário de maior resiliência social. A terceira e quarta camada constituem imperativos de ordem ética e moral, além de componentes fundamentais de um país economicamente mais eficiente.

A quinta camada abrange os elementos necessários para o surgimento de uma civilização. Se acharmos que estamos à altura desse desafio, que vale a pena buscar maior coesão social numa corrente civilizatória, nossos hábitos e costumes, música, livros e culinárias, ritos ou rezas, folclores e símbolos, princípios e valores precisariam ser mais largamente compartilhados e apreciados, para que funcionassem como um amálgama agregador da população. Na minha pequena bolha, nove entre dez não negarão a importância de tratar destas cinco cascas.

Mas ninguém sabe como. Num percurso perigoso, destruimos todos os personagens constitutivos da nação. Ao contrário da tendência de glorificar o passado seguida pelas coletividades que buscam se unir, fazemos o contrário. Quem hoje, na mesa de um jantar social, ousaria falar bem das contribuições de Getúlio Vargas, JK, militares, Lula ou FHC para o que somos hoje? Quantos estão dispostos a enaltecer, ou ao menos reconhecer, o papel histórico de indígenas e quilombolas, Pedros, Pombais e Bonifácios? Certamente o imaginário conviva ficaria sem a sobremesa.

Parafraseio Antônio Cândido. “Nossa literatura não é grande quando comparada a outras, mas é a que temos e a que nos exprime. Se não a amarmos, ninguém o fará por nós.” Pois bem, nossa história e nossos heróis podem não ser dos maiores, mas se não os amarmos, ninguém o fará por nós.

Ouso dizer, nessa direção, que precisamos examinar uma sexta camada, mais profunda, o núcleo talvez dessa cebola chamada Brasil.

Quem sabe, nesta camada mais profunda, esteja situado o cérebro reptiliano do país, o sistema límbico, impenetrável e fundamental, regulador das nossas funções mais vitais e primitivas. Quem sabe, ao acessá-lo, conseguimos de alguma forma reconduzir a vida nacional a uma certa normalidade. Quem sabe se, naquela tradição exótica que compara a cebola à estrutura do ego, nos desvestimos destas camadas mais superficiais e desentranhamos nossa essência fundadora, jogando uma luz catártica nas sombras da nossa origem.

A tarefa é tão implausível quanto necessária. E aqui, nesta aventura, a minha própria bolha estoura. Na melhor das hipóteses, nove entre dez dizem se tratar de algo inatingível, uma utopia ou subversão. Neste ponto do texto, hesito em continuar. Pensar publicamente a hipótese, reflito comigo mesmo, é como lançar uma semente no deserto ou, pior, abrir uma frente potencial de exposição, controvérsia e assédio. Mas a desesperança e o sentimento de que estamos numa nau sem rumo me impelem a seguir escrevendo. Respiro fundo. Somente a catarse nos salva. Aqui vai a hipótese. Ela tem duas premissas, a hipótese propriamente dita e a tese que vai na parte final:

Premissa 1: Não enxergamos um futuro como país porque não resolvemos o nosso passado. Como dizia Millôr, “o Brasil tem um enorme passado pela frente”!

Premissa 2: Todos nós, no plano pessoal, experimentamos uma situação de injustiça, leve ou grave, como vítimas ou como agressores.

Hipótese: Da mesma forma que cada um de nós, como indivíduo, precisa buscar a pacificação e a superação dessas situações de ressentimento, de injustiça, ou mesmo de violência em nossos cotidianos e histórias pessoais, também como povo precisamos coletivamente realizar esse mesmo esforço de conciliação.

Se você é um materialista radical, saiba que a hipótese encontra fundamento também na ciências mais “duras”. A Biologia tem mostrado que animais e pessoas que experimentam algum trauma geram descendentes que carregam a memória do medo que causou o evento traumático. Ratos submetidos simultaneamente ao prazer do cheiro agradável de cereja e à dor de um choque elétrico geram uma prole que se assusta com o mesmo odor, sem nunca ter sofrido qualquer choque elétrico. E sem ter mantido contato com o pai ou a mãe depois do nascimento. É o que Brian Dias e Kerry Ressler mostraram num artigo na revista Nature Neuroscience em 2014. Os chamados “marcadores epigenéticos” são

memórias e eventos ambientais que podem ser transmitidos transgeracionalmente no plano comportamental e neuroanatômico, “por cima” da própria genética.

Na mesma linha, um estudo hoje clássico demonstrou como netos de holandeses que passaram fome durante a Segunda Guerra Mundial mantiveram um padrão sistemático de comportamento que os levou à obesidade. A linha de pesquisa trazida pelos estudos conduzidos pelo epidemiologista L. H. Lumey, da Universidade Columbia, mostra relação consistente entre fome pré-natal e o tamanho corporal adulto, diabetes e esquizofrenia, transmitidos de uma geração para outra.

Se por acaso você é daqueles que carregam uma atitude anticidência (algo infelizmente comum hoje em dia), pense empiricamente nos casos que você eventualmente conhece (e nunca soube explicar) de famílias que misteriosamente perpetuam, de geração em geração, alguns desvios comportamentais como o alcoolismo ou rancor violento. Talvez aqui você se convença de que algum tipo de reabilitação – espiritual ou clínica – envolvendo o resgate de memórias seja necessária.

Posto de forma cursiva, o argumento é simples: não teremos futuro sem um olhar para o passado. Como cidadãos, como sociedade e como país, precisamos nos mostrar capazes de promover uma grande conciliação, reparando mágoas pessoais e injustiças coletivas. Nossa libertação como povo (ou redenção, para os mais religiosos; ou reabilitação, para os mais clínicos) implica um reconhecimento dos erros cometidos e a construção de algo como uma anistia comunitária, um perdão grupal, sincero e real, que não se assemelhasse nem de longe ao tradicional “deixa disso”.

Difícil avançar, construir um caminho comum, sem esse perdão, esse grande indulto coletivo. O problema é que qualquer perdão implica minimamente duas vontades. No plano ético e legal, dependemos de um desejo de pacificação por parte tanto dos causadores como das vítimas de injustiças. Na simbologia moral ou religiosa, o indulto envolveria as vontades de conciliação da parte dos pecadores e dos padecentes de algum dano. No âmbito “terapêutico” da psicologia social, esse congraçamento precisaria ser almejado, pretendido por parcela majoritária da população.

Em outras palavras, a concórdia nacional precisaria ser objeto de uma vontade coletiva de uma maioria. Não se trata de achar, ingenuamente, que estaremos buscando a prevalência do amor sobre o ódio, numa fórmula simplista que desconsidera a natureza humana. Não. A conciliação só pode ser vista como solução quando os envolvidos, pragmaticamente, entenderem finalmente que o ódio não nos levará a nenhum lugar, que o conflito nos conduz ao caos, que a polarização, afinal, quebrará a espinha dorsal no país.

Quando então, como nação, chegaremos a essa “revelação”? E, se a ela chegarmos, qual poderia ser o conteúdo desse grande entendimento?

Só haveria dois caminhos para fazer “cair a ficha”: pela ruptura da ordem ou pela construção voluntária de um ideal capaz de capturar o imaginário da população. Mas mesmo que chegássemos ao ponto de realmente desejarmos majoritariamente uma conciliação, o caminho para o congraçamento seria árduo.

As tantas injustiças que se acumularam no corpo social, intergeracionalmente, produziram cicatrizes que seguem abertas, gerando novas feridas tantas vezes tumorais e hemorrágicas. Nada fácil de curar. E mesmo no plano pessoal ou nos microuniversos corporativos, as pacificações de controvérsias, quando ocorrem, são sempre penosas.

Pais e cônjuges opressivos, mesmo distantes no tempo, trazem a presente personalidades destruídas e embotadas. Detentores de capital fazem da força de trabalho (braçal ou intelectual) um objeto de servidão e dependência, despertando mais ressentimento e ódio do que oportunidade e gratidão – algo que, como sabemos, constitui problema estrutural do capitalismo. E o mais grave: grupos minoritários mas implacavelmente dominantes – no plano étnico, político, econômico ou religioso – historicamente oprimiram coletividades que, somadas, constituem uma maioria que vive cronicamente na injustiça: pretos, mulheres, nativos, e tantas outras parcelas da população que ainda aguardam a expansão de valores universais.

Portanto, o caminho da conciliação deverá provavelmente envolver uma complexa sutura, simbólica e concreta, do corpo social. E o trajeto dessa recostura deverá passar pelo reconhecimento e resgate dos grupos sociais majoritários cujos papéis foram fundamentais na formação do Brasil. Vítimas de violência atroz ao longo de séculos, subjugados de formas diferentes de poder, os afrodescendentes, as mulheres e os indígenas são – mesmo sofrendo cronicamente das várias camadas de agressão superpostas por várias gerações – agentes centrais do ethos brasileiro, dos elementos mais expressivos e definidores da nossa cultura e sociedade. Parece fundamental, portanto, nessa busca de cicatrização de feridas e de ressentimentos acumulados coletivamente que a maioria da população abrace um processo de conciliação com esses três grupos que, de diferentes formas, foram objeto de relações de dominação e violências descomuns.

Não sei se fui claro. Termino pois essa seção repetindo a hipótese: a reconstrução do Brasil depende de uma conciliação com nosso passado; e essa conciliação passa pelo congraçamento de todos com esses três grupos sociais, notadamente os afrodescendentes e as mulheres de todas as origens. É a genialidade afro que nos proveu o eixo central da nossa literatura, das artes plásticas, da música. Pense em Machado de Assis. Lembremos o gênio de Aleijadinho. Num exemplo mais específico, somos o único país nas Américas a registrar três séculos contínuos de produção de música erudita de qualidade e, nesse longo e pioneiro trajeto, Padre José Maurício e Lobo de Mesquita – ambos afrodescendentes – tiveram papel central no Barroco Mineiro. A mulher, objeto continuado da subjugação masculina, foi e é expoente e estruturadora da vida nacional em virtualmente em todos os domínios, das artes às humanidades, do mundo doméstico à ciência. Os povos nativos e as suas múltiplas misturas, além dos elementos comportamentais associados à sua relação com a natureza, às línguas e cultura próprios, nos legaram, involuntariamente, o bem fundamental de qualquer nação: as vastas extensões da Terra Brasilis, de que foram os ocupantes originais.

Não há futuro comum para nós sem esse reconhecimento, e sem a conciliação pela união da maioria. Não se trata de apenas condenar o racismo, a racialização e o racismo. Trata-se também de reconhecer – sem abraçar identitarismos fratricidas – as contribuições e desserviços, os triunfos e sofrimentos que coletivamente carregamos no corpo social. Essa é a hipótese, quase de uma utopia democrática. A tese, política, para a transformação dessa utopia em realidade, fica para a seção final. Antes disso, pensemos o futuro das cidades.

## **II. Como será o modelo de cidade que pode nos abrigar depois do surto**

Epidemias e cidades são produtos de um mesmo fenômeno: as aglomerações humanas. E o urbanismo moderno não só define a cidade como uma aglomeração de pessoas como advoga que o ideal de cidade é a chamada "cidade compacta" - aquela cujo território integra moradia, trabalho, lazer, comércio e

serviços, num raio de proximidade, facilmente acessível por caminhada, bicicleta ou transporte público. No contexto da pandemia, há uma pergunta que não quer calar: o ideal da cidade compacta permanece válido? Qual é a medida de aglomeração - de densidade construtiva e populacional - que será desejável ou aceitável após o tremendo trauma do contágio em escala planetária?

Talvez a referência mais próxima que temos para examinar as consequências de uma epidemia sobre uma cidade compacta seja dada por Hong Kong. Por duas razões: (i) foi a cidade mais atingida pela epidemia da SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) em 2003 e (ii) ostenta o índice mais elevado de densidade construtiva e populacional do mundo: 52 mil habitantes por quilômetro quadrado na região central. A doença propagou-se exponencialmente ali a partir de dois focos principais: o Hotel Metropole que, ao hospedar um médico acometido pela doença, rapidamente ensejou a contaminação de dezesseis de seus hóspedes; e o residencial Amoy Gardens, conjunto de prédios cujo sistema de drenagem defeituoso permitiu a entrada de gases de esgoto pelos banheiros, o que levou à difusão de partículas de vírus em várias unidades.

Terá Hong Kong retrocedido o seu processo de hiperaglomeração após o surto? Afinal, o trauma da epidemia colocou em risco o ideal da cidade compacta?

Trata-se de pergunta constrangedora. Por várias décadas, ambientalistas, sociólogos, economistas e urbanistas lutaram muito para convencer o mundo de que a cidade mais densa é uma cidade melhor. Não foi tarefa fácil encantar a população em geral e formuladores de políticas com a ideia de que aglomerações urbanas são mais sustentáveis, por demandarem infraestruturas e edificações mais econômicas do ponto de vista energético e construtivo e serem menos dependentes do uso do carro. Agentes econômicos perceberam mais facilmente as vantagens da aglomeração, dado que a concentração geográfica de atividades produtivas reduz custos logísticos, condensa e diversifica o mercado de trabalho, faz surgir atividades complementares, promove a difusão do conhecimento e induz a criatividade coletiva.

A conscientização foi lenta. E uma eventual hesitação ou recuo de Hong Kong no pós-SARS dezessete anos atrás poderia colocar em risco os avanços alcançados. Felizmente, não foi o que aconteceu. Mesmo após o surto de 2003, a região administrativa chinesa deu continuidade ao processo de adensamento construtivo e populacional. A densidade populacional líquida (que divide o número total de habitantes pela superfície construtível da cidade) não registrou nenhum recuo, passando de 26 200 habitantes/km<sup>2</sup> para 30 mil habitantes/km<sup>2</sup> no período de 2000 a 2020. Claro, a regulação construtiva tornou-se mais cuidadosa. Regras relativas a parâmetros de ventilação, insolação e segurança sanitária se tornaram mais restritivas.

A visão de uma cidade compacta tornou-se hegemônica. A maioria dos países e suas cidades adotam políticas, planos diretores e zoneamentos que visam promover a forma urbana compacta. Aos poucos, a população, sobretudo a classe média mais jovem, busca morar em zonas centrais e, contrária ao espraiamento urbano, abandonou o desejo de morar em bairros residenciais afastados. A mudança de estilo de vida é motivada pela percepção de que as vantagens oferecidas pela densidade e compactação (maior oferta de bens e serviços e acessibilidade, entre outras) são maiores do que os custos (congestionamento, monotonia urbana e sensação de isolamento, por exemplo).

Podemos adotar o caso de Hong Kong como exemplo representativo do que pode vir a acontecer às cidades após a pandemia da covid-19? Ouso arriscar que sim. O sobressalto do surto epidêmico de uma

doença com elevada taxa de letalidade (ao que se sabe hoje SARS mata três vezes mais do que a covid-19) não implicou em contestação ou retrocesso do ideal da cidade compacta. Mas algumas ressalvas e ponderações são necessárias.

A primeira delas, talvez a mais importante, é lembrar que, enquanto conversamos aqui sobre o futuro da cidade compacta, a cidade informal avança a passos largos, em virtualmente todas as grandes cidades do Sul Global. Mike Davis, no seu clássico *Planet of Slums* (Planeta de Favelas), nos mostra como a urbanização do século XXI tende a se assemelhar às situações mais dolorosas da industrialização do século XIX em termos de condições de vida. A periferização e a favelização são crescentes, assim como o déficit habitacional.

No Brasil, depois de dez anos do programa Minha Casa Minha Vida e um dispêndio de R\$ 430 bilhões, o déficit em habitações aumentou, permanecendo na faixa de 7 milhões de unidades. E o avanço do crime organizado na atividade imobiliária é crescente. No momento de crise, e de um natural aumento de demanda por gastos do governo, nada mais adequado do que investir pesadamente em infraestrutura urbana e em habitação, como recurso anticíclico para o combate simultâneo do desemprego e da desigualdade.

Uma segunda ressalva, para que o adensamento continue a ser uma premissa válida do desenvolvimento urbano, é ter em mente que as formas urbanas e construtivas precisarão se adequar a novos modos de convívio social, formas de trabalho e, claro, a possíveis novos surtos epidêmicos. Zoneamentos e planos diretores precisam ser cada vez mais flexíveis quanto a mistura de usos, permitindo não só a convivência entre espaços comerciais e moradias, mas sobretudo a combinação de espaços de produção de bens, ao redor e mesmo no interior de unidades habitacionais. Especial atenção precisará ser dada à logística de provisionamento e distribuição de equipamentos médicos de emergência, tais como respiradores, testes e vacinas.

A mudança de paradigma produtivo em curso muda substancialmente o perfil da força de trabalho, a nova relação espacial do trabalho-moradia e a geografia geral dos deslocamentos, acarretadas por novos modais de transporte, certamente trarão implicações grandes no desenho urbano, na escala da organização territorial das cidades, metrópoles e suas redes infraestruturais, mas também no plano das tipologias construtivas, que daqui para frente deverão contemplar facilidades para recebimento e despacho de mercadorias, espaços de produção doméstica e a previsão de que, muito provavelmente, todos ficarão mais tempo em casa. Agenda de novos produtos para as incorporadoras.

O modo de produção emergente também implica o surgimento de novas especializações e possibilidades de trocas. Internet das coisas, robótica e inteligência artificial ampliam as alternativas abertas por plataformas de intercâmbio comercial e a arquitetura e a lógica e fluxo gerado pelas redes digitais precisarão ser refletidas e incorporadas à arquitetura geral do ambiente construtivo.

Uma última ponderação. O ambiente urbano clama por soluções de segurança pública e de contenção da violência. No contexto pós-pandêmico, a demanda se estende a questões de segurança biológico-sanitárias, que agora, conforme se observa em diversos países asiáticos, envolve uma análise maciça e detalhada de dados pessoais. O uso de big data para o acompanhamento e análise de fluxos de todas as naturezas (financeiros, sobretudo, mas sobretudo geográficos) constitui a fronteira das mais promissoras para o controle do crime, da violência e da difusão de doenças. Nesse contexto, é fundamental buscarmos uma regulação que possibilite o acesso a dados e mitigue os riscos à privacidade

individual, como aliás aponta relatório recente do Data Privacy Brasil, centro de pesquisas sobre o assunto.

Num momento de crise, nada mais difícil do que distinguir fatos passageiros dos eventos históricos, separar o que é conjuntural daquilo que é realmente definidor de tendências de longo prazo. O grande historiador francês Fernand Braudel ensina que o olhar analítico deve separar o "tempo curto", episódico, das tendências seculares conformadora do "tempo histórico".

Minha opinião e voto de esperança é de que a pandemia, evento episódico que transcorre no tempo curto, deverá acelerar - e não retroceder - as tendências seculares. No plano urbano, creio e espero, as sociedades deverão catalisar o adensamento, a mistura de usos e de pessoas que caracterizam as cidades compactas, de modo a evitar o espraiamento urbano, tão nefasto para o meio ambiente. No plano econômico, o pós-pandemia deverá ser marcado pelo aprofundamento da globalização e da cooperação internacional, dadas as tantas limitações que os Estados nacionais apresentam para a gestão de fenômenos globais, o surto epidêmico sendo apenas um entre diversos outros temas e ameaças que enfrentamos em escala planetária.

Claro, sem um distanciamento temporal, um tal prognóstico será marcado por controvérsias. Sobretudo quando o brilho do acontecimento de hoje se sobrepõe não apenas a tendências seculares, mas também a uma inflexão de tal ordem profunda que chega a invocar hoje, entre especialistas, a datação de uma nova época geológica para a Terra, o Antropoceno, que tem nas aglomerações humanas o grande vértice de transformações. Mas o prognóstico, de toda forma, vale como voto de confiança no poder de renovação das grandes cidades. Afinal, aglomerar pode ser perigoso, mas desaglomerar pode ser pior ainda, dadas as graves consequências ambientais que o espraiamento urbano acarreta.

### **III. Epílogo, a tese política**

Conforme prometido no início do texto, apresento aqui uma tese, política, sobre o nosso futuro em comum. Como vimos, a tese vem calcada em duas hipóteses. A primeira é a de que não temos futuro como nação se não formos capazes de promover, nos planos simbólico e prático, um resgate da nossa história como forma de conciliação, pacificação e integração coletiva, conforme a reflexão que delinee na primeira parte. A segunda hipótese é a de que o futuro do Brasil é indissociável do futuro de suas cidades. População, produção e poder político estão concentrados nas regiões metropolitanas e na rede de municípios que gravita em torno delas. Não será possível pensar num destino comum se não formos capazes de implementar ações concretas na escala das cidades.

As cidades abrigam o dia a dia da população, o conjunto de histórias individuais que se desenrolam no tempo curto e que, no agregado, conformam a história de um povo. Dependendo de seu ordenamento territorial, da qualidade de sua infraestrutura e de seus espaços públicos, as cidades podem contribuir ou dificultar a construção de uma civilização. Cidades desprovidas de espaços de convívio entre diferentes, que se fecham em guetos, e são destituídas de adequada infraestrutura urbana básica de habitação e saneamento tornam-se pouco a pouco um campo estéril capaz de fermentar unicamente o ressentimento e o ódio social. No plano econômico, condenam seus habitantes à ineficiência e ao atraso. No longo prazo, inviabilizam a construção de uma civilização brasileira, que tem como precondição um certo grau de unidade e de coesão social.



Se criar uma civilização, ao longo de séculos, de fato for a nossa vocação como povo, a partir da sedimentação de uma visão de mundo compartilhada por parcela amplamente majoritária da população, não vamos poder prescindir de uma política urbana que contribua para esse desígnio. Afinal, é nela que mais de 87% da população brasileira se encontra. E é afinal na cidade que a pequena história – pessoal, cotidiana, transformadora, no microcosmo – se conecta e perfaz a grande história, tendo como ingrediente a tenacidade e resiliência individual e coletiva. É essa ligação entre convívio e território que garante a preservação de valores e princípios ao longo de gerações a fio.

A oportunidade e desafio que essa combinação notável de crise política, econômica e sanitária apresenta é a possibilidade que se descortina de construirmos uma saída altiva desse grave episódio. Quem sabe, diante da ameaça múltipla, tenhamos a chance de nos integrar coletivamente em torno de objetivos comuns que nos levem a uma maior coesão social e possamos de fato, levar adiante a construção uma civilização brasileira – mestiça, vibrante, criativa, pacífica, que tenha a tolerância e o amor à natureza como valores fundamentais.

A prometida tese política que evoco aqui é a de que, olhando para as eleições de 2022, o Brasil sairá bem melhor e fortalecido desta crise se, independentemente de qualquer coloração partidária, soubermos encontrar uma liderança que, espelhando um novo arco de forças, seja capaz de conciliar os desafios do “tempo curto” e do “tempo histórico”; que olhe para frente, buscando soluções inovadoras e tecnológicas para o aprimoramento da democracia, mas que seja também capaz de olhar para trás, para promover uma necessária recostura do tecido social.

No tempo histórico, trata-se de liderança que personifique e seja capaz de trazer a presente a memória da formação social brasileira. Uma memória conflituosa que, por trazer efeitos materiais negativos até hoje à grande maioria da população brasileira, não pode permanecer aprisionada no nosso inconsciente coletivo. Utopia? Não nos esqueçamos a própria ideia de nação é construída a partir do imaginário, de valores e símbolos capazes de fazer com que desconhecidos se sintam pertencentes a uma mesma comunidade. Trata-se evidentemente de desafio gigante, mas a erosão de credibilidade das figuras de Lula e de Bolsonaro abrem a possibilidade e clamam pelo surgimento de novas lideranças, fora do ambiente da política tradicional, capazes de capturar a imaginação coletiva com o desejo de construir um destino comum.

No tempo curto, a liderança deverá ser capaz de implementar uma nova política urbana com o mesmo vigor e estatuto que a política econômica. Nas cidades, nossa casa coletiva, temos a chance e o desafio de construir um espaço mais propício a uma grande conciliação nacional através da força coletiva criada pela união da maioria. Ao oferecerem trabalho em ações voltadas para a eliminação do flagelo do déficit em habitação e saneamento, ao lado da construção de infraestrutura de saúde e educação de qualidade internacional para todos os vulneráveis, as cidades contribuirão a um só tempo para a redução da desigualdade e do desemprego. Ação anticíclica clássica, mas voltada para soluções de problemas nacionais na escala das cidades e concentradas nas áreas de IDH abaixo da média nacional.

Teremos alguma liderança capaz de conduzir a superação deste grande desafio? Meu voto vai para uma alguma jovem liderança capaz de promover o reconhecimento, a valorização e pacificação entre todos nós da contribuição que afrodescendentes e mulheres, ao lado dos nativos e suas misturas ofereceram à formação do que temos de melhor como ethos e civilização. É o reconhecimento, a fricção e a mistura continuada das diferenças (sociais e étnicas) num território urbano de convivência digna que nos conduzirão para um futuro melhor.

\* Philip Yang é fundador do Instituto URBEM ([www.urbem.org.br](http://www.urbem.org.br))

Este artigo foi publicado originalmente em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/25/2022-o-brasil-e-a-cidade-depois-do-virus.ghtml>